

N. Dain

**EU,
GREGÓRIO
BEZERRA,
ACUSO !**

1967





EU, GREGÓRIO BEZERRA, ACUSOI

Apresentação

Do fundo do cárcere, no Recife, Gregório Bezerra enviou o relato que se vai ler abaixo, em linguagem de autêntico "filho do povo", que Gregório é, como Maurice Thorez o foi. Retocar essas notas seria um crime, porquanto estaria sendo atingida a própria fidelidade do estilo de um camponês, fiel a si mesmo e às suas origens. Daí, porque, vale a pena conhecer o que Gregório escreveu, modestamente, sobre si próprio, algumas vezes até minimizando a sua participação nos fatos políticos e sociais. Em respeito à pessoa dêsse que, como Auguste Blanqui, o comunardo francês que ostentava nos seus setenta anos de vida, quarenta de prisão, clandestinidade e exílio — e Gregório está perto disso, como o político brasileiro, de todos os tempos, que mais tempo sofreu nos cárceres —, leiamos o relato que se incorporará, decerto, à história do povo brasileiro, como um documento do mais alto valor. Depois disso só nos restará recordar Górkí, quando disse: "— Homem, que essa palavra sôe bem alto". E, de fato, com Gregório ela ainda não deixou de ressoar, o seu eco se ouve em todos os rincões do País e as paredes medievais da Detenção do Recife não foram suficientes para abafá-la. Porque, ali, um homem, um político, um comunista, escreve, silenciosamente, com letras de ouro, uma saga que as futuras gerações brasileiras jamais esquecerão.



O RELATO

Minha infância «— Nasci no município de Panelas de Miranda, Pernambuco, em 13 de março de 1901, filho de camponeses paupérrimos e analfabetos e tive, como jardim da infância, o trabalho no preparação de roçados.»

«— Ao completar quatro anos de idade me disse minha mãe:

«— Meu fiinho, tu intera, hoje, quatro aninhos. Já tã um home, tã bom de trabaio, manhô tu vai trabaia com nôi, limpá mato no roçado.»

«— Meu pai colocou um cabo, numa enxada velha, gasta pelo trabalho e o tempo, e fêz o mesmo com um cacareco de foice, e me falou:

«— São teus. Toma conta e zela, da manhã envante tu vai aprendê a trobaia com nôi, em tudo.»

«— Foi a minha «escola», durante os primeiros anos de vida. E foi uma excelente escola.»

Vidas sêcas «— Em 1905, acossados pelos flagelos da sêca e da fome, emigramos para a zona da mata, no sul do Estado de Pernambuco, para a zona canavieira. Fomos morar em um sítio de um casal de tios.»

«— Aqui fomos castigados por um inverno rigoroso que arruinou tôda nossa lavoura e quase perdemos minha mãe.»

«— Famintos e aos trapos, fomos trabalhar no engenho «Brejinho», onde comecei a minha vida de assalariado agrícola, ganhando 80 réis por dia, espalhando e juntando bagaço de cana, para alimentar a fornalha do engenho.»

Cabra-do-eito «— Estamos, agora, em 1907. Fui trabalhar, ou iniciar-me nos serviços do oito, com a assistência dos meus pais e dos meus irmãos. Tempos depois meu salário foi aumentado para 140 réis diários. Ainda neste ano passei a trabalhar como ajudante de carreiro, com um primo. Embora gonhando

mais e o trabalho exigir maior responsabilidade, tinha que me levantar de madrugada para juntar os bois e levá-los para o galpão onde ficavam os carros.»

«— Quando não havia trabalho de carriamento, ia trabalhar na estrebaria, cuidando do cavalo do senhor de engenho. Esse serviço me obrigava, também, a levantar-me de madrugada para ir aos brejos cortar capim, e amontoá-lo no caminho, para que depois fôsse transportado à estrebaria. Depois, tinha que o limpar e serrá-lo. O animal tinha que ser bem tratado, pois assim queria o «patrão». Às 8 horas do dia, a estrebaria já devia se encontrar bem limpa, para o cavalo comer sua primeira refeição.»

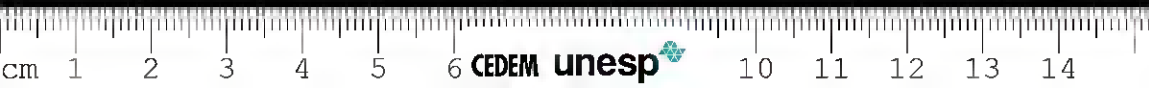
Chêpa barata «— A minha primeira refeição era um golo de «pinga», dado por minha mãe, para, segundo ela, «espantar o frio e dar-me coragem». Às 10 horas enganava o estômago com um prato de farófa, com uma migalha de charque ou um pouco de bacalhau. A seguir ia cuidar da horta da «casa grande», até o meio dia, quando largava para levar o cavalo até o rio, onde o lavava e deixava-o beber. Para se ter uma idéia do meu tamanho, naqueles anos, basta que se diga que tinha de encostar o animal junto a uma pedra de regular tamanho, ou resto de tronco cortado, para alcançar o seu lombo ou pescôço.»

Desgraça «— Neste mesmo ano (1907) meu pai foi gravemente acidentado e levado, às pressas, para um hospital do Recife. Sômente tivemos notícia do seu fim quando já adultos. Fechando o ano, minha saudosa mãe veio a falecer, vítima de pneumonia.»

Orfandade «— Fiquei, assim, junto com outros irmãos, — ao todo, onze —, órfão de pai e de mãe. Minha avó materna tentou nos amparar, mas a fome e a sêca devoravam tudo. Houve, então, a debandada, a família espalhada por tôda parte. Eu fiquei com minha avó até 1910, quando emigrei para o Recife, como escravo doméstico da família do senhor de engenho de Brejinho, a quem vim encontrar de nôvo, em Palmares, Pernambuco.»

Disparada «— Dois anos mais tarde, não suportando os maus tratos e injustiças dessa família, fugi para não ser mais escravo de ninguém.»

«— Sem pais, sem casa onde residir e sem amparo de ninguém, ainda menino, tornei-me ganhador-de-fretes. Dormia onde o sono me vencesse, comia nos quiosques quando apanhava algum dinheiro. E quando não ganhava curti a fome. Era, assim, o dono de tôdas as calçadas, de todos os pés-de-escada abertos da cidade do Recife...»



Jornaleiro «— Encontrei gente boa, generosa, humana, mas encontrei, também, gente ruim, perversa e desalmada.»
«— Fracassando na profissão de freteiro e não tendo quem me orientasse, ou me arranjasse uma profissão segura, com o pão certo, tornei-me gazeteiro, vendedor de jornais, profissão duríssima na época, principalmente para os de minha idade.»

Operário «— Em 1917 cheguei a ser ojudante de pedreiro, arrumador de armazéns e até carvoeiro. Nos serviços de construção civil foi que me demorei mais. Participei, então, das lutas sociais do operariado pernambucano. Em 1922 ingressei no Exército.»

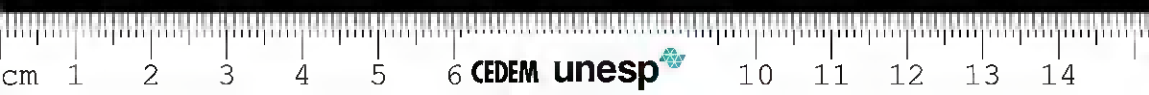
Militar «— Fui soldado do Exército, desde 1922, e no Exército, em 1925, aprendi a ler. Resolvi, então, enfrentar o curso da Escola de Sargentos da Infantaria e já em 1926, no fim do ano, era promovido a sargento instrutor. Em 1930 matriculei-me na Escola de Educação Física do Exército. Até então era apolítico. Caíram-me nas mãos alguns livros sobre a História do Socialismo e das Lutas Sociais. Descobri a verdade, finalmente. Inspirado no exemplo e no luta heráica do povo soviético, desde a Revolução de 1917, achei o caminho que há muito procurava: — o caminho da libertação do Proletariado e das Massas Camponesas.»

Revolucionário «— Ingressei nas fileiras do glorioso Partido Comunista como um soldado consciente, e fiel, da Classe Operária e do Povo. Fiz-me revolucionário.»

«— Fui dos dirigentes do movimento armado da Aliança Nacional Libertadora, em novembro de 1935, em Pernambuco e todo o Nordeste. Dei tudo que pude. Fui gravemente ferido, prêso e barbaramente espancado e torturado pela polícia política de Malvino Reis, Etelvino Lins & Cia. Recolhido à Casa de Detenção, fui julgado e condenado a 27 anos e meio de reclusão, pelo Tribunal de Segurança Nacional. Recebi, na prisão, a dolorosa trágica notícia do trucidamento do meu irmão, o dirigente operário José Lourenço Bezerra, que havia sido prêso a 4 de agosto de 1936 e morto a 18 do mesmo mês, após 14 dias de torturas e de espancamentos. Deixou viúva e 5 filhos menores, o mais velho, com 6 anos.»

Decisão «— Queriam os covardes algozes do meu irmão que êle fizesse e assinasse «declarações espontâneas» contra o Partido, a Aliança, a Revolução. Ante a sua recusa, digna de um soldado da classe operária, liquidaram-no fisicamente em meio a horríveis torturas.»

«— Êsse monstruoso crime da reação serviu para selar, definitivamente, as minhas convicções revolucionárias e enrijecer-me mais



ainda para a luta do povo brasileiro, na busca de sua completa emancipação.»

Prisões «— Durante 10 anos perambulei por diversos cárceres.

Na Casa de Detenção do Recife passei 3 anos e 6 meses, na mais dura e desumana condição. Outros 3 anos e 6 meses, no Arquipélago de Fernando de Noronha, de onde saímos por causa da segunda guerra mundial e sua expansão. Passei, então, para a Ilha Grande, no Estado do Rio de Janeiro, onde existia um presídio de triste celebridade; pouco antes da Anistia, fui transferido para a Penitenciária do antigo Distrito Federal, hoje Estado da Guanabara. Isso, em 1945.»

Legalidade «— Libertado, em maio de 1945, voltei ao Recife, para reorganizar o Comitê Estadual do Partido Comunista, de que fui membro, e participar ativamente, das lutas democráticas. Em 2 de dezembro de 1945, após memorável campanha, tiveram lugar, em todo País, eleições gerais. Fui eleito deputado federal, na legenda do PCB, então legal, integrando, na Constituinte, a bancada de 15 parlamentares, que tinha como seu líder o camarada Prestes. Fui o candidato mais votado do Recife e o segundo, por número de votos, em todo o Estado. Comigo se elegeram os companheiros Agostinho de Oliveira e Alcebades Coutinho.»

Constituinte «— Em minha passagem pelo Assembléia Nacional Constituinte pronunciei 22 discursos, salientando-se, pela sua importância e repercussão: 1) o direito de voto aos analfabetos e praças-de-prê; 2) a situação da juventude trabalhadora no Nordeste; 3) as reivindicações dos ex-combatentes.»

«— Como membro da Comissão Especial do Vale do São Francisco tive o reconhecimento, dos demais membros, quando destaquei a necessidade de se dar ao homem da região condições favoráveis de vida. Discuti a reorganização do Departamento Nacional da Criança, na mesma sessão em que ocorreu a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, em 9 de janeiro de 1948. Foi a minha despedida da Casa de Tiradentes.»

Farsa «— Em 16 de janeiro de 1948 fui sequestrado, em
do 15 RI plena Cinelândia, pela polícia política do Rio, por ordem do então ministro da Guerra, general Canrobert Pereira da Costa. Acusaram-me de haver incendiado o Quartel do 15º Regimento de Infantaria, sediado em João Pessoa, Estado da Paraíba, há dois mil quilômetros da cidade em que me encontrava, e dela não saí. Fiquei incomunicável 91 dias, após o que me transferiram



para o Recife, em regime de semi-incomunicabilidade, até ser julgada pelo Conselho da Justiça Militar, na auditoria da 7.^a Região Militar. Fui defendido pelos advogados Aristides Saldanha e Carlos José Duarte, e da tribuna, acusei o quanto havia de falso em acusar-me de uma ação terrorista própria dos fascistas. Fui absolvida por falta de provas, resultado que todo o País já esperava.»

Mergulho «— O Serviço Secreto do Exército e a polícia política de Pernambuco inconformados com a minha absolvição, mesmo após um ano e vários meses de prisão injustificada, tentaram me sequestrar, promovendo um cêrco ao quartel da RO, em Olinda e proximidades, do qual logrei escapar incólume, graças à ajuda de corajosos e dedicados companheiros.»

«— Fui forçado a cair numa duríssima clandestinidade, por 9 longos anos, caçado, por todo o país, pelas várias polícias políticas dos Estados e serviços secretos das fôrças armadas, como se fôsse um animal perigoso.»

Trabalho «— Fugindo de Pernambuco, passei à condição de «turista» sem dinheiro. Pude conhecer melhor a vida dos meus irmãos camponeses dos Estados de Goiás, Minas, Mato Grosso, São Paulo e norte do Paraná. Por onde andava, minha preocupação permanente era a de cumprir com o meu dever, ajudando as massas operárias e camponesas a se organizarem. Realizei centenas de comícios, conferências e palestras sôbre a Reforma Agrária. Organizei dezenas de núcleos de futuras Ligas Camponesas e, onde pude, sindicatos rurais. Ao lado dos posseiros, do norte do Paraná e de Goiás, lutei contra os «grileiros» e lodrões oficializados, assumindo, essas lutas, algumas vêzes, formas vigorosas. Colhi mais de 16 mil assinaturas na campanha do «Apêlo de Estocolmo» e organizei centenas de Conselhos Prô Paz, no Brasil, batendo-me contra a preparação guerreira e seus traficantes.»

Auto crítica «— Autocriticando-me penso que jamais me descuidei dos meus deveres específicos de militante comunista. Ao menos, no fundamental. Admito haver cometido erros e possuir algumas falhas que, com a ajuda do povo e do Partido, superei. Creio, contudo, que, em tempo algum jamais me faltou ânimo para desempenhar as tarefas de organização da vanguarda política da Classe Operária.»

«— Tenho alguma experiência no trabalho paciente da organização das massas, de que provenho, e às quais sempre me liguei e com elas muito aprendi na sua luta incessante contra o latifúndio e o imperialismo, pelo progresso e a emancipação social do Brasil. Essa luta será minha até a morte, eu a asseguro, da prisão onde me



encontro. Sempre lutei e continuarei lutando pelo registro eleitoral do Partido Comunista Brasileiro, por cuja legalidade todos devemos nos bater, em nome da própria democracia em nossa terra.»

Humanismo «— Em 1957 achava-me excursionando pelo interior baiano. Fazia já nove anos que estava afastado da família. Senti saudades da esposa, dos filhos e dos netos. A estes, nem sequer conhecia. Meus filhos tinham casado e já eram pais, como eu o fui, ainda jovem. Não conhecia, também, genro, nem nora, a quem desejava, igualmente, abraçar. Como avô, tinha uma vontade irresistível de beijar meus netos, pô-los ao colo e fazer-lhes carinhos. Não aguentei as saudades e vim ao Recife, sem dar conhecimento a ninguém, mesmo ao Partido, porque queria ser o único responsável pelo meu ata, ousado demais, para quem se achava em dura e cruel clandestinidade revolucionária.»

«— Vim, vi-os, senti-os e, na volta, fui reconhecido e prêso, na cidade sertaneja de Serra Talhada, interior de Pernambuco, de onde me transferiram para o Comissariado de Caxangá, no Recife. À noite desse mesmo dia fui duramente interrogado pelo delegado Álvaro da Costa Lima e o «tira» conhecido por «Chico Pinote». No dia seguinte me transferiram para a Secretaria da Segurança Pública, onde fui ouvido pelo coronel Secretário de Segurança. Não fui espancado, recebi apenas ameaças. Estava preparado para tudo e até me surpreendeu o tratamento recebido. Do Recife mandaram-me à Polícia Central, no Rio, onde, igualmente, fui tratado como ser humano. Dias depois fui pôsto em liberdade, em obediência a uma ordem de «habeas-corpus» e semanas, após, era revogada a prisão preventiva contra mim decretada. Custara-me caro a grave infração às normas de segurança do Partido, a aventura sentimental, a saudade familiar, o meu lado humano.»

Vida livre «— Mas a inexistência de qualquer processo contra mim, a partir de então, tornara-me um homem livre, como os demais. Não havia mais razão para acultar-me, mesmo, porque, a dura ilegalidade do Partido estava sendo atenuada, inúmeros quadros haviam retornado à atuação política de massas sem nenhum constrangimento policial. Resolvi tentar o retorno a Pernambuco e ao Nordeste, apesar das ameaças de prisão e até de liquidação física, mesmo porque, todo revolucionário deve ter um pouco de audácia.»

«— Ao chegar ao Recife engajei-me, de novo, no trabalho de massa, na campanha pelo renovação dos títulos eleitorais e alistamento de novos eleitores. As massas, descrentes dos políticos das classes dominantes, não confiavam mais em eleições, fazendo pouco caso do trabalho eleitoral. Tivemos que agir com paciência, mas, os

resultados foram magníficas, porque conseguimos criar a «Frente do Recife», integrada pelas forças progressistas e patrióticas, e eleger o seu candidato, o dr. Pelópidas Silveira. Mais tarde, em 1959, com o apoio tardio do Governador Cid Sampaio, elegemos o nacionalista Miguel Arraes de Alencar, prefeito do Recife. E em 1962, mesmo lutando contra o Governador, o latifúndio, o imperialismo e o IBAD, afora o Rosário em Família, o povo fez do dr. Miguel Arraes de Alencar, governador.»

Tempos de Arraes «— Pernambuco teve, então, o primeiro govêrno estadual autênticamente democrático e progressista. Govêrno que humanizou a zona rural, garantindo deveres e direitos, a ricos e pobres, empregadores e empregados.»

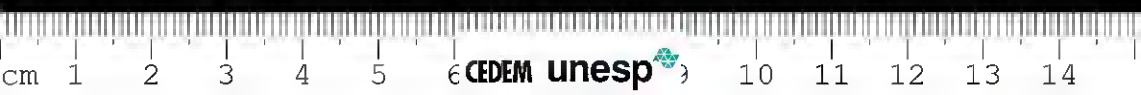
«— Dirigi em Pernambuco a campanha pelo registro eleitoral do Partido Comunista Brasileiro. Realizei comícios e conferências em todos os bairros do Recife e nos principais municípios do Estado.»

«— Participei de todos os movimentos nacionalistas e democráticos que tiveram lugar no Brasil.»

Golpe «— Com o golpe militar de 1º de abril de 1964, fui prêso quando procurava mobilizar a massa camponesa pernambucana para defender a permanência, no govêrno, do dr. Miguel Arraes de Alencar e resistir ao movimento insurreccional. Estava em Palmares e fui levado ao Parque de Moto Mecanização, em Casa Forte e espancado, pessoalmente, pelo coronel do Exército Darcy Ursmar Villocq, a cano de ferro, no que foi êste ajudado por três ou quatra sargentos. Fui, também, amarrado e arrastado pelo pescôço, pelas ruas do Recife, num espetáculo de puro nazismo que horrorizou a tôda gente. Hoje me encontro recolhido à Casa de Detenção do Recife, onde escrevo estas notas, aguardando a meu julgamento, pelo Conselho de Justiça Militar da 7.ª Região. Estou tranquilo, porque, ao meu lado está todo o povo brasileiro, o proletariado, as massas camponesas, os intelectuais. Não temo o futuro. Espero o dia em que serei libertado, que acredito próximo, se o povo souber unir-se para derrotar a ditadura que aí está. Então estarei outra vez, nas ruas, ao lado do meu povo, para lutar pela libertação nacional, do jugo de nossa Pátria pelos imperialistas norte-americanos, pelo progresso do Brasil, contra o atraso e pelo bem-estar de todo o povo brasileiro.»

«— Esta é a minha única aspiração.»





A TORTURA

A literatura revolucionária contém preciosas narrativas, acêrca de brutalidades e de torturas, sofridas por revolucionários e patriotas, nos vários países do mundo, através dos tempos. O relato do poeta Júlio Fuchik, publicado em livro sob o título "Testamento sob a Fôrça", ainda hoje comove milhões de leitores, queimando como fogo as carnes putrefractas dos SS nazistas. "Memórias do Cárcere", de Graciliano Ramos, continua sendo o maior libelo acusatório do Estado Nôvo e da edição brasileira do fascismo, agora rediviva, por obra e graça do Pentágono. As palavras que vamos ler não foram produzidas por um poeta, como Fuchik, ou um escritor do gênio de Graciliano. Um camponês, de mãos grandes, desengonçado, de olhos azuis, os cabelos enbranquecidos pelo tempo, pronunciou-as diante dos juizes militares, da imprensa, dos advogados e do povo que compareceu ao seu interrogatório na Auditoria da 7.ª Região Militar, no Recife. Algumas dessas palavras foram publicadas, em jornais, resumidas ou truncadamente. Outras, oralmente, chegaram ao conhecimento de diminutos circulos, como soi acontecer em época de ditadura. Vale a pena, pois, lê-las na sua integra, sem glosas, nem comentários, como foram ditas e por quem o foram.

Apenas se custa a acreditar, após conhecê-las, que a natureza humana haja descido tanto no Brasil de hoje. Ao se tomar conhecimento do miserável papel de torcionários, como os Villocqs e Ibiapinas, e seus auxiliares, tem-se a vontade de dizer como aquela personagem de Sartre, em "Mortos sem se-



pultura": "— Num mundo onde a maldade é tanta, a vida não tem sentido".

Os Himmlers e os Heidrichs, os enforcados de Nuremberg, as bēstas de Buchenwald e os cães de Auschwitz, e até os torquemadas, se vivos fōssem, aplaudiriam, delirantemente, seus discipulos diletos de verde oliva, desgarrados nos trōpicos.

Felizmente o que conta, para a Histōria e a Vida, nāo sāo os Villocqs e Ibiapinas: sāo os Gregōrios. Quem recorda o nome do fuzilador de frei Caneca ou do carrasco de Tiradentes? A espēcie humana nāo estā representada, nunca, por ēsses trogloditas, por ēsses escapos das cavernas, mas, sim, pelos homens como Gregōrio que conseguem triunfar sōbre a baixeza, o sadismo, a dor física, a vontade de trair, de conciliar com o carrasco, de nāo pensar na morte.

Fuchik, ao subir para o patíbulo, depois de passar por horriveis torturas, ainda podia dizer: "— Homens, eu vos amava". Gregōrio, como Fuchik, passou pela tortura e nāo perdeu o sentimento humano, o amor pela humanidade. Vidas assim, nāo perderam o sentido, nem serāo, jamais, um equívoco.

Prisão «— Minha prisāo teve lugar no dia 2 de abril de 1964, em terras de propriedade do Usino Pedrasa, no municīpio de Cortēs, em Pernambuco, cērcā dos 9 haras do aludida dia. De jipe, eu me dirigia sōzinho, para Ribeirāa, sabendo, por alto, dos acontecimentos que se desenrolavam no Pais.»

«— Ao aproximar-me da Usina Pedrasa, encontrei-me, frente a frente, com outro jipe, guiado pelo capitāo Rēgo Barros, do Palícia Militar de Pernambuco, que se fazia ocomponhar de diversos investigadores. Quando me reconheceu, deu-me voz de prisāo.»

Tentativa A seguir Gregārio conta como, ao ser conduzido prēso, deporou-se, aa mesmo tempo, com um destacamento do 20º Batolhāo de Caçadares, que ocupara Ribeirāo, vindo de Moceió e um bando de pistoleiras, comandados pela usineiro Jasé Lapes de Siqueira Santos, que se notabilizara, tristemente, pelo assassinio, a metralhadora, de camponeses da Usina Estreliana, de sua propriedade que, pocificamente, reclamavam o pagamento de salōrios atrasados.

O capitāo Rēgo Barros evitou o seu trucidamento, alegando que a prendero à ordem do coronel Ivan Rui, nāvo secretāria de Segurança Pública e sō àquela autaridade, ou ao Exército, entregorio



o prisioneiro. Finalmente se chegou a um ocôrdo: um pelotão do 20-BC levou-o diretamente ao Quartel-General do IV Exército, onde já o esperava, para interrogá-lo, o próprio general Justino Alves Bastos.

Afronta Gregório Bezerra conta que, em Ribeirão, tivera o pulso amarrado com cordas e songrava quando o levaram à presença do general Justino. Lá estava o truculento coronel Ibiapina que, ao vê-lo, perdeu a compostura e ameaçou-o na presença do próprio superior: «— A tua honra vai se dissolver doqui a pouco».

E acrescentou: «—General, êsse Gregório Bezerra foi meu instrutor no Colégio Militar do Ceará, o melhor instrutor de educação física, o homem mais estimado e mais querido dos alunos do Colégio. Hoje, metido no comunismo! Traiu a confiança de todos e da Pátria, êsse Gregório! Hoje tenho nôjo e ódio de ti!»

Com a mesma entonação de voz Gregório respondeu-lhe:

«— Também tenho nôjo e ódio aos que me insultam! Sou mais patriota do que aquêles que me chamam de traidor e de vendido!»

Armas O general Justino Alves Bastos antes de recolher Gregório perguntou-lhe:

«— Onde estão os depósitos de armas sob a sua responsabilidade?

Gregório respondeu-lhe com dignidade revolucionária:

«—Que depósitos, General! Não os tenho. Se os tivesse, não estaria, agora, em vossa presença, sendo humilhado e insultado dessa forma. Estaria nas ruas, lutando.»

Justino insistiu:

«— O que estovo fazendo pelos engenhos e usinos?»

Gregório redarguiu:

«— Cumprindo o meu dever de patriota, junto aos camponeses espoliados e escravizados pelos latifundiários.»

Ibiapina interveiu:

«— Essa, não! Comunista cumprindo deveres patrióticos... Quem já viu um traidor da Pátria ser patriota?»

Gregório mais uma vez objetou:

«— Sou comunista e sou um patriota verdadeiro.»

E protestou, enêrgicamente, contra as afrontas que recebia.

Tortura O dramo de Gregório, daí por diante se desenrola em meio ao terror, digno de descrição por um Kafka ou um Hoffmann. Levaram-no para a Fortolezo dos Cinco Pontos, em cujos cercanias foi fuzilado Frei Coneca e depois, para o Parque de Moto-Mecanização, no arrabalde de Cosa Forte, guarnição sob o comando do coronel Villocq.



O próprio coronel foi esperá-lo, no pátio do quartel, com um cano de ferro, iniciando, êle próprio, o espancamento, aos gritos de que Gregório havia incendiado «o meu sagrado 15 RI», mentiro deslavado, porquanto Gregório fôra absolvido da acusação pela própria Justiça Militar. Tratava-se, tão sô, do busca de um pretexto para o início das atrocidades.

Relatou Gregório aos juizes militares:

«— Uns três ou quatro sargentos do Parque de Moto-Mecanização, instrumentos inconscientes daquele verdugo, completavam o espancamento com ponta-pês e sôcos por todos os lugares do meu corpo. As pancodas se sucediom no estômogo, no rosto, nos rins, nos testículos, nas costas, nas pernas. Um grupo de sargentos e soldados, ao longe do pátio do quartel, assistia aquêlo quadro de covardia e sadismo sem precedentes, silenciosamente.»

As sevicias continuaram, no xadrez. Gregório sangravo, abundantemente. O próprio Villocq batia com o cano de ferro, num homem ogorrado, gritando, histêricamente: «— Eu sou ibodeono!» E os sargentos agressores, em câro: «— Nós ,também!» Desnudorom-no, quase desmaiado e Villocq mandou que os sargentos lhe enfiassem o cono de ferro no corpo. Gregório reuniu os últimos fôrças, revidou os golpes e pôde salvar-se da supremo ignomínia orquiteada por uma bêsto humana.

Circo Romano Vestiram-lhe um calção, otoram-lhe o pescoço com uma corda e depois de o fozerem andar num chão molhado com ácido, para queimar-lhe a planta dos pês e embaçarem a vista, resolveram «passeior» com Gregório pelos ruas adjacentes do quartel.

«— Ai, Villocq comandou a minha soido — diz Gregório — em procissão, pelo subúrbio da Caso Forte, numa demonstração tipicamente medieval. Eu, na frente, de calção, com o sangue a jorrar de todos os lados, e a malta de militores, com Villocq no comondo, a puxar-me pelo pescoço, em três tiros de cordo, cada um puxando para um canto. E eu, sem poder me pôr em pê, tal o estodo de abatimento físico. Mas se eu caísse, talvez fôsse pior. Então, eu reagio e punha-me a andar. Os pês, nessas olturas, eram verdadeiras feridas, pela oção do ácido.»

«— Gregório Bezerra vai ser enforcodo no Proça de Cosa Forte! Venham ver!» — gritava o nazista Villocq, como um possesso. Outras vêzes convidava o povo pora linchá-lo, sem que fôsse atendido. Tombêm aludia ao seu fuzilamento. Os alunos do CPOR negarom-se a participar do massocre. Uma irmã de coridade desmaiou. As mulheres choravam convulsivamente entre elas a própria espôso do coronel Villocq, o que irritou o SS, o qual gritava, a altos bro-



dos: «— Está com pena dêste bandido? Ele vai morrer agora mesmo. Venha assistir também o seu enforcamento na Praça, venha tombém.»

Mais de mil pessoas assistiam, atônitas, o massacre, porque mesmo na rua, ainda o espancavam. Parou o trânsito. Passageiros de carros particulares e ônibus foram obrigados a presenciar um espetáculo que o Recife só vira, dantes, no Brasil Colônia, quando foram justicados os revolucionários de 1817. Uma freira telefonou para o Arcebispo interino pedindo para parar o «espetáculo de circo romano». O pastor se entendeu, diretamente, com o comandante do IV Exército, general Justino, o qual aquiesceu. A ordem de parar veio pelo coronel Ibiapina, que «argumentou» com Villocq a seu modo: «— Ainda tenho de interrogá-lo. Depois, façam dêle o que quiserem.»

O Villocq, entretanto, saiu derrotado nos seus intentos.

Homem Não conseguiu, em momento algum, o apoio da população, mesmo das classes médias, habitantes do bairro. Os oficiais da reserva recusaram-se a participar do massacre. E de centenas de soldados, graduados e oficiais, apenas uns poucos consentiram em se reboixar ao papel de verdugos SS.

A sua maior derrota, porém, foi quando pretendeu humilhar Gregório e desmoralizá-lo, perante o povo.

«— Diga, bandido: eu sou um traidor da Pátria!»

Ao que Gregório respondeu:

«— E eu sou um patriota, coronel!»

«— Diga, bandido: minha pátria está livre!»

Gregório, outra vez, fulminou-o:

«— Minha pátria será livre, coronel.»

Filmagem «— Fui levado, novamente, para o quartel das Cinco Pontas. Seriam 15 horas e 30 minutos. Ai chegando, fui filmado pelos fotógrafos de televisão, no estado em que eu estava. Depois eu soube que êste filme foi levado, nas duas televisões do Recife, à noite, despertando uma onda de indignação em todo Nordeste. Houve gente que desmaiou de emoção, durante o filme em que eu aparecia completamente ensanguentado, com as cordas no pescoço» — contou Gregório no seu depoimento aos juizes militares.

A Lei de Segurança do Estado diz em seu artigo 23:

«— Ofender fisicamente, injuriar ou coagir, por motivos doutrinários, políticos ou sociais, pessoa que estiver sob a sua autoridade ou permitir que outro o faça.» Pena: reclusão de um a dois anos.

Os regulamentos militares também mandam punir, rigorosamente, os comandantes que ajam como Villocq agiu, cominando-o, ainda, com sanções morais, porque, segundo o código de ética da profissão



tal procedimento infamante atinge o bom nome da corporação e a honra dos seus componentes.

Os juízes militares, contudo, não mandaram abrir nenhum inquérito policial militar a respeito. O general Ernesto Geisel que, a mando do marechal Castelo Branco, compelido pela imprensa o investigar «o caso das torturas de criminosos políticos», ouviu Gregório, concluiu pela improcedência das acusações.

O coronel Ibiapina foi promovido por merecimento e obteve, como prêmio, a responsabilidade de comandos de maior importância no sul do país.

Mensagem Assim Gregório concluiu sua narrativa aos juízes militares:

«— Sofro, ainda, as consequências das torturas que me foram impostas por Villocq, esperando no cárcere que o furacão desapareça e surja novamente a liberdade, o melhor bem da vida.»

«— Preciso operar-me e recuperar, totalmente, a minha saúde, para continuar lutando pela libertação nacional do jugo dos imperialistas norte-americanos, pelo progresso do Brasil, contra o atraso e pelo bem-estar de todo o povo brasileiro. Esta é a minha única aspiração.»



O PROCESSO

Gregório Bezerra, mais uma vez, enfrenta um tribunal da reação, após três anos de sua prisão, no Estado de Pernambuco, em 2 de abril de 1964. Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, como incurso nas penas do artigo 2º, do referido diploma legal que pune o crime de lesa-Pátria e de traição nacional, aguarda o veredito dos juizes militares da Auditoria da 7.ª Região Militar, podendo vir a ser condenado a uma pena de 15 a 30 anos.

O processo é uma monstruosidade e quem o diz é a sua defensora, a advogada Mércia de Albuquerque Ferreira, que aceitou a incumbência do patrocínio da causa porque seus anteriores advogados se declararam coatos e sem condições para o livre exercício da profissão. «— Sob todos os aspectos, êsse processo é uma monstruosidade jurídica. Há, nêle, graves nulidades, tanto de forma como de conteúdo. Sua peça informativa — o inquérito policial militar — tem manchas de sangue. Do sangue do espancamento dos réus e de testemunhas. Muitos dos denunciados sofreram os piores suplícios — que a Nação conheceu em detalhes. Gregório quase foi morto. Suas torturas foram filmadas e rodadas no vídeo das televisões do Recife, num espetáculo de circo romano.» — diz a sua defensora.

Prossegue a dra. Mércia: «— Das nove testemunhas de acusação ouvidas em Juízo — nove testemunhas, apenas, para um processo de mais de trinta réus! — a maioria delas é confessadamente agentes do Serviço Secreto das Forças Armadas. As que não são agentes secretos, são militares da ativa da Polícia Estadual. Tôdas, enfim, com interesse na causa, na apuração unilateral da causa.»

Pode-se prever o que ocorrerá quando os «juizes» pronunciarem o seu veredito. O IPM sobre «a subversão em Pernambuco» foi presidido pelo tenente-coronel Hélio Ibiapina, do Serviço Secreto do Exército e que se celebrou pelas torturas infligidas às suas vítimas. Êsse IPM teve a chancela do então general comandante da 7.ª RM, general Murici, de notória ideologia fascizante. Os oficiais que compõem as Auditorias Militares, na presente época de ditadura não



oficializada, são inferiores tanto ao apurador, como ao chancelador da farsa. Além de tudo foram escolhidos a dedo, afastados aqueles que poderiam pôr em dúvida as acusações ao «cabeças», que são o ex-governador Miguel Arraes, seus auxiliares diretos e Gregório Bezerra. Não é por acaso que a reação faz questão que os acusados de «crimes políticos» sejam julgados por tribunais militares. Emílio Zola conta em seu livro «Acuso» que, tendo pôsto em dúvida a honestidade do julgamento que condenou o capitão Dreyfus, de origem judia, como traidor da França e espião da Alemanha, foi processado pelo ministro da Guerra, perante um tribunal militar. Quando o ministro da Guerra compareceu ao Supremo Tribunal Militar para, em pessoa, ratificarr a sua queixa contra o jornalista, à ocasião sentado no banco dos réus, os «juizes» puseram-se em posição de sentido e até o presidente, inadvertidamente, os acompanhou. Zola se sentiu prejudicado e da própria sala de audiência rumou à Inglaterra, onde pediu asilo e tomou conhecimento da sua condenação. Isso não quer dizer, contudo, que não possa haver excessões à regra, que êsse ou aquele juiz dê provas de honestidade profissional ou pessoal. Tem havido casos até mesmo no STM, no mais alto escalão do Judiciário militar, mas, via de regra funcionam os tribunais militares como «juízos de castas», como os chamou um ex-auditor militar, Gomes Carneiro.

A monstruosidade maior não é o processo em si, nem o juízo a que foi distribuído: ela consiste, na verdade, na desfaçatez com que pessoas comprometidas com o imperialismo estrangeiro, ou mais precisamente, com os objetivos criminosos dos trustes norte-americanos e dos militares do Pentágono, que tudo fazem para atrelar o Brasil ao carro de guerra dos Estados Unidos, seja em São Domingos, seja no Vietnam, que estão leiloando as riquezas minerais do País e até liquidando as indústrias estatais nacionais, após haver alienado a soberania pátria quase que inteiramente, em favor da OEA, essa gente tem o cinismo de acusar de «vende-pátrias» a patriotas provados como Miguel Arraes e Gregório Bezerra! É a velha tática do larápio que sai gritando «pega o ladrão» para salvar-se da polícia...

O promotor Acioli, a quem foi dada a tarefa inglória de acusar Arraes e Gregório, é um conhecido arrivista político que, em certa época de sua vida, se intitulou «homem de esquerda» e chegou mesmo a presidir uma das associações de bairros do Recife, mantendo contactos administrativos com o sr. Miguel Arroes, quando prefeito e mesmo após governador. Por isso mesmo êle resolveu dar o pedaço de denúncia um certo colorido de crítica ao marxismo, citando, amiúde, Lênine, Marx, Fidel Castro e Mao Tsé-Tung, para provar a sua tese de que estava em curso no Brasil, em 1964, a preparação psicológica de uma «guerra revolucionária» através do que classificou «prolegômenos da subversão». Os mestres do socialismo são ci-



tados, ora truncados, ora falsamente, mas, ainda mesmo apelando para o que leu na sua juventude de homem pobre e desprezado pela sociedade aristocrática, não conseguiu o «intelectual» energúmeno justificar o objeto de sua denúncia, qual o de provar que Arraes e Gregório eram agentes subsidiados por potências estrangeiras. As testemunhas, agentes secretos e alcagüetes, foram obrigados a confessar que não sabiam o que eram essas tais «potências estrangeiras»... E o próprio representante do Ministério Público não se dignou a tipificar a potência autora intelectual do crime, aludindo, ora à União Soviética, ora a China Popular, ora a Cuba, mas, sem, na verdade, dizer em que dia, em que hora, em que momento, Arraes e Gregório receberam «dinheiro e armas» de supostos agentes dessas potências do socialismo científico. A devassa na vida de Arraes e Gregório comprovou que são ambos pobres e honrados. Nada se lhes pôde acusar no que tange às suas vidas particulares. E quanto às «armas», Gregório, idagado do general Justino Alves, respondeu, em pleno quartel do IV Exército: «Que depósitos de armas, General! Não os tenho. Se os tivesse, não estaria, agora, em vossa presença, sendo humilhado e insultado dessa forma. Estaria nas ruas, lutando!»

Não há dúvida que, juridicamente falando, a denúncia do promotor é inepta, como sustentou, valentemente, a dra. Mércia de Albuquerque Ferreira. E que, politicamente, «o processo da subversão comunista em Pernambuco» é uma iniquidade. Não é a Gregório, nem a Arraes, nem aos seus auxiliares que se vai julgar entre quatro paredes de uma Auditoria: é ao povo brasileiro, representado pela sua parcela pernambucana. Miguel Arraes fez em Pernambuco um governo diferente, voltado para os interesses dos trabalhadores urbanos e agrícolas. Inaugurou um estilo novo de administração, baseado na cooperação dos governados com os governantes, a dinamização administrativa através do trabalho de equipe e objetivando o bem-estar social. As estruturas tradicionais se viram ameaçadas e o combateram. O povo o apoiou porque se sentia identificado com os seus ideais progressistas. No depoimento que prestou na Justiça Militar, recentemente, Gregório fez a defesa «do honrado doutor Miguel Arraes de Alencar» e da própria tribuna em que, ocasionalmente se encontrava, acusou aqueles que o depuseram, denunciando os motivos que o fizeram «alvo das investidas golpistas, em abril de 1964». Eis o comportamento de um revolucionário honrado como Gregório: preferiu defender Arraes, a se defender, pessoalmente. E ainda mais, defendeu Arraes e a si mesmo, politicamente, acusando a ditadura que aí está de intervir em Pernambuco, em favor de cruéis latifundiários como o usineiro José Lopes de Siqueira Santos, impune metralhador dos camponeses da usina Estreliana.



Arroes está exilada no Argélio, Gregário prêso no Recife. Qualquer que seja o resultado do julgamento do Auditorio do 7.^a RM, de uma coisa estamos certos: a pavo julgará os pseudo julgadores de hoje. A História caberá a implacável julgamento final. E, então, os restos insepultos do fascismo terão o destino merecida.



A DEFESA ACUSA

As Testemunhas No seu depoimento proferido em 17 de outubro de 1966, perante o Conselho de Justiça Militar da 7.^a Região Militar, após relatar as torturas sofridas no Parque de Moto-Mecanização e o «espetáculo de circo romano», da Praça da Casa Forte, Gregório Bezerra passou a contestar o depoimento das testemunhas de acusação, o ex-sargento Artur Bruno Schwambach, Elcio Souto e Cristávão de tal, todos grandes empresários de ônibus, no Recife e seus inimigos, porque, como o recordou Gregório, antes de 1964, havia êle dirigido campanha contra os aumentos extorsivos das passagens e pela municipalização dos transportes coletivos.

Ademais, essas três testemunhas são, confessadamente, agentes do Serviço Secreto do Exército, o ex-sargento Schwambach se declarou «compadre» (sic) do tenente-coronel Hélio Ibiapina e êle próprio relatou que, a pedido do IV Exército, haviam conduzido Gregório prêso da 2.^a Companhia de Guardas até Cinco Pontas.

O promotor Francisco Acioli julgava poder contar com êles para dar, ao processo iníquo contra Arraes e Gregório, um verniz de «legalidade». Quando a defesa interrogou dos três alcagüetes o que faziam, no comando do IV Exército, à ocasião em que estavam Gregório, a professora Maria Celeste e outras pessoas presas, responderam que ali foram, em dia de conflagração armada, «vender terrenos a oficiais do Exército...»

Essas gaías testemunhas, que qualquer tribunal decente rejeitaria, tentaram, também, usar a tática de dividir réus e co-réus. Elcio Souto afirmou que Gregório tinha chamado «os comunistas de Pernambuco de covardes, porque sòmente êle, Gregório, tentara defender o govêrno que estava nas mãos do comunista Miguel Arraes». Evidente a intenção do espião: incriminar o nacionalista Miguel Arraes de «comunista», para retirar o apoio que o mesmo recebia, politicamente, de círculos industriais e comerciais não satisfeitos com a política entreguista; e, ao mesmo tempo, fazer crer às massas populares,

que confiam em Gregório, que o Partido Comunista abandonou-o à própria sorte, não cumprindo seu dever de resistência ao fascismo.

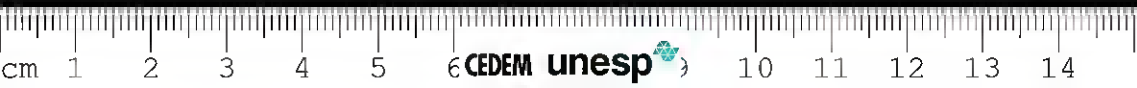
É a velha tática burguesa do «coluniai, colunioi, coluniai que, no final, alguém coisa fica», que o próprio Gregório soube combater, de pronto, chamando-os pelo verdadeiro nome: «mentirosos, policiais».

Retorção Gregório, como um experimentado líder revolucionário, sabe que, diante dos tribunais da reação, o marxista-leninista não pode adotar a posição passiva de «réu», nem se colocar na defensiva. A única tática capaz de produzir efeito satisfatório é a política, não a jurídica. O banco dos réus também pode se transformar num tribunal e, por cima dos juizes, o revolucionário fará chegar suas palavras às massas, se corajosamente, souber desmascarar as farsas dos detentores ocasionais do poder. Dimitrov soube, como ninguém, mostrar-se um discípulo à altura de Lênine quando, perante um tribunal civil do III Reich, acusou o marechal Hermann Goering, testemunho de acusação de ter sido ele próprio, e não os comunistas, os incendiadores do Parlamento Alemão. Dimitrov tornou-se um incômodo para os nazistas, com as suas denúncias e estes preferiram libertá-lo. Anos depois Goering confessou, em Nuremberg, aos juizes do Tribunal Internacional que o ouviu que Dimitrov falara a verdade: o Reichstag havia sido incendiado a mando de Hitler, porque, o «führer» queria poderes excepcionais e o Parlamento se negava a concedê-los. Havia que ser inventada uma «conspiração comunista» para justificar o estado de emergência. Dimitrov acertara porque usara da lógica do «a quem aproveita o crime?» e «quem usa do terrorismo como arma política?»

Gregório, próprio, dera, em 1949, um exemplo idêntico, ao repelir perante o próprio tribunal que, novamente o julga e então o absolveu, a autoria do incêndio do 15 RI, da Paraíba, uma reedição, em pequena escala, do caso do Reichstag. Ardeu o quartel da Paraíba quase que no mesmo dia em que, no Congresso, se cassavam os mandatos dos parlamentares comunistas acusados de favorecer uma conspiração em marcha...

Subversão Dai porque, Gregório se defendeu, desde logo, da pecha de «subversivo», atirada, justamente, por um grupelho que assaltou o Poder, rasgou uma Constituição e violentou as instituições republicanas, inaugurando uma era transitória, de fascismo e de poder pessoal, no Brasil, que só encontra precedentes em 1937.

«— Não sou subversivo, sr. Presidente, sou um revolucionário, a serviço das causas do proletariado e do povo da minha terra» — disse Gregório aos juizes militares.



«— Se ser subversiva é defender a reforma agrária radical; se ser subversivo é lutar contra a exploração do homem pelo homem; se ser subversivo é defender o livre desenvolvimento da indústria e da economia nacional contra o poder dos trustes norte-americanos, então eu sou subversivo» — afirmou Gregório, a esta altura já de pé, em plena sala de audiências, ouvido com particular atenção, pelos juizes militares e em meio a absoluto silêncio na Auditoria.

Porque, com essas palavras, a defesa não se defendia, acusava e mostrava àqueles que teriam de o julgar que, a partir daquele momento estavam alertados para o fato de que estavam sendo instrumentos dóceis de uma hierarquia a serviço de interesses contrários a todo povo brasileiro. Depois de ouvir as palavras pronunciadas por um quase septuagenário, a ninguém era lícito desconhecer a verdade e o dever da luta contra o imperialismo, e seus agentes na nossa Pátria.

Firmeza «— Nunca lutei às escondidas. Sempre fui homem de luta às clares, porque, para defender meu povo, não preciso de subterfúgios» — afirmou.

E defendendo o direito dos comunistas, de defender suas idéias, de votar e de participar da vida pública, aduziu:

«— Não perdemos os nossos direitos políticos. Continuamos em pleno gozo de nossa condição de cidadãos brasileiros. E como cidadãos brasileiros estamos obrigados a cumprir o nosso dever na vida política da nossa Pátria».

Gregório se recusava a aceitar o decreto do marechal Castelo Branco que lhe retirou os direitos políticos, por 10 anos. E isso o dizia aos juizes militares. Eis uma atitude digna de todo patriota brasileiro, não se conformar, não transigir, não aceitar o fato consumado, o arbitrio. Mesmo depois de «cassado» Gregório fazia o seu comício, para o público que a própria reação lhe fornecera: oficiais e soldados do Exército. Em suma, o povo fardado, já que o sem farda fôra impedido de ouvi-lo.

Profissão de Fé Gregório quando fala de si é para falar do Partido e do Povo. Um e outro entranharam-se-lhe na alma e na corpo, que se tornaram na carne de sua carne. Gregório vê antes de tudo a organização, a vanguarda, porque sabe que, sem ela, como depositária de uma ideologia superior, é impossível a libertação de um povo. Não há exemplo, em contrário, na História.

«— Tornei-me comunista, porque, desde menino, vi a fome matar os meus irmãos camponeses. Tornei-me comunista por conhecer, na própria carne, o terrível flagelo das secas no Nordeste e a exploração dos lotifundiários. Tornei-me comunista porque não me con-



formo com a alienação do nossa Pátria aos negociatos do imperialismo norte-americano. Portanto, como comunista e verdadeiro patriota, cheguei à conclusão de que, nos condições atuais, o primeiro passo para a libertação do nosso povo da opressão imperialista é a conquista de uma reforma agrária radical, que elimine o latifúndio e entregue as terras às grandes massas camponesas que nela trabalham e vegetam, como verdadeiras servas de uma minoria cruel e desumana de latifundiários.»

Profissão de fé honesta, análise correta da realidade brasileiro. Enquanto Gregório estava na prisão, a ditadura, que conjuga à violência a demagogia, criou um órgão para fazer a «reforma agrária», com a sigla de IBRA. Em palavras, a reforma agrária está feita através de um «estatuto da terra», de regulamentos e portarias. Mas o IBRA só tem feito expulsar camponeses, como ocorre na Baixada Fluminense, e arrancar impostos extorsivos. Da mesma forma que nega legitimidade ao Estado Militarista e base moral ao fascismo, Gregório nega todas as suas reformas, porque sabe que elas são «para inglês ver», o monopólio da terra continua intocado. E é do entrelaçamento dos trustes imperialistas estrangeiros com os latifundiários que surgem as situações políticas como essa que aí está, que nega o próprio direito de sobrevivência à indústria nacional, já não só às amplas massas produtoras, operárias e camponeses.

Que Fazer? «— Que fazer para sair da situação de miséria e de fome, no Brasil?» — se perguntou Gregório Bezerra. E ele próprio respondeu:

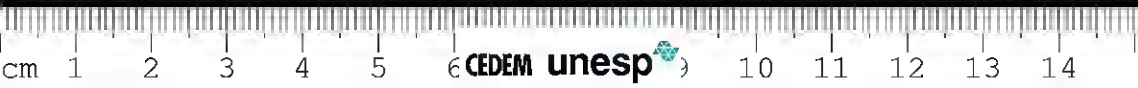
«— Não era nosso desejo recorrer à subversão, sr. Presidente. Somos revolucionários, mas defendemos uma saída pacífica para os nossos problemas; uma saída que não é uma quartelada ou uma luta intestina entre irmãos.» — continuou.

Gregório não se referia, apenas, o 1964, mas aos dias atuais, em que o desespero e o aventurismo levaram muitos a admitir, de imediato, o apelo às «soluções de força», esquecidos de que Lênine, ainda em março de 1917, procurava uma «saída pacífica» para a Rússia convulsionada, advertindo que se devem esgotar todos os meios legais e constitucionais antes de se passar à cartada final.

Gregório explica o sentido desse luto:

«— Não é uma luta pacífica, de braços cruzados, porém uma luta de massas, de pressão de massas, com o povo nas ruas, nos sindicatos, no Parlamento, nos quartéis, defendendo prontas soluções para os angustiantes problemas nacionais.»

«— Na verdade, isto não era subversão (referiu-se agora à luta de 1964), era democracia» — concluiu.



Os Subversivos «— Subversivos, sim, são os que deram o golpe de abril de 1964, instaurando a ditadura militar revolucionária que oi temos para infelicidade do povo e e vergonha da Nação Brasileira!» — exclamou Gregório diante dos juízes militares, atônitos porque jamais, dantes, haviam visto tanta coragem política e pessoal reunidas num homem só, num septuagenário, num homem doente, massacrado pelas torturas de Villocq e de Ibiopina. O promotor Acioli não se continha, de nervoso, na cadeira, o auditor, Amílcar Menezes, roía as unhas, traindo instabilidade. Os oficiais, porém, se mantinham impassíveis nas suas cadeiras de julgadores.

Gregório leu trechos de jornois estrangeiros, traduzidos em português, para comprovar que a ditadura estava dando, ao Brasil, triste fama lá fora. Já ninguém se iludia com a «falsa democracia» cabôcla. Citou acórdãos do Supremo Tribunal Federal para comprovar a sua tese de que os comunistas não estavam excluídos da vida política. Aproveitou o oportunidade, também, para desmascarar políticos e juristas burgueses que, «traíram seus princípios atrelando-se ao carro ditador.»

Denúncia No final do seu discurso Gregório Bezerra denunciou que, em 1963, nada menos de 20 camponeses foram assassinados. Na Usina Estreliana, cinco. Assassinatos, houve, também, na Usina Santo André, em També e em Caxangá, em solo pernambucano. Prestou a sua homenagem ao grande líder camponês vitimado em Sapé, Pedro Teixeira.

Acusou, nominalmente, dois usineiros pernambucanos de «assasinos còvarden de camponeses», José Lopes de Siqueira Santos, ex-deputado federal, e Júlio Maranhão. O primeiro fêz uso de uma metralhadora e matou cinco, de uma vez. A 2 de abril de 1964, José Lopes reclamou a sua morte, tanto à Polícia Militar, como ao Exército. Queria trucidá-lo, com as próprias mãos. Júlio Maranhão eliminou, fisicamente, um trabalhador, à queima-roupa. Depois ddeu um caixão barato ao morto e mandou enterrá-lo no cemitério particular. Os camponeses, revoltados, reexumaram o assassinado, compraram um caixão nôvo, mais decente e o expuseram, no ataúde, na sede do Sindicato Rural. O caixão velho foi pôsto na porta do escritório da Usina, com a guarda de trabalhadores rurais, noite e dia, para não ser retirado. E apodreceu ali. Decretou-se greve por trinta dias, até a vitória da reivindicação do delegado sindical assassinado — o pagamento dos atrasados — foi obtida.»

«— Assim lutavam os camponeses, vítimas dos atrocidades dos donos de terras» — disse Gregório.

Arraes «— O único govêrno que mandou opurar êsses crimes foi o govêrno do honrado doutor Miguel Arraes de Alencar» — prosseguiu Gregório. «— Por isso êsse govêrno foi alvo das investidas dos golpistas, em abril de 64» — afirmou Gregório, exaltando a ação do governador deposto, aliás, também, réu no processo iníquo sôbre a «subversão em Pernambuco».

Outro pormenor interessante: Gregório usa da energia e da veemência sem chegar ao ataque pessoal. Quando, por exemplo, referiu ao Conselho que a espôsa do coronel Villocq assistira o seu espantamento usou o expressão: digníssima espôsa». Isso, após ter sofrido o que sofreu, o que revela um elevado sentimento humano, indispensável à boa formação moral de um revolucionário.

Inversão Gregório falou durante 40 minutos. Sua voz enchia de espanto os juizes militares. Ninguém imaginava que aquêlê homem, com quase 70 anos, quebrado pelas torturas, de cabelos embranquecidos pelo tempo, reunisse, ao mesmo tempo, tanta energia e coragem para enfrentar a reação no seu próprio covil.

Os seus olhos cintilavam. Suas palavras queimavam como fogo, tinham o fôrça de um anátema bíblico. Elas passavam por cima dos juizes, pequenos demais para impedir-lhes o curso.

Se alguém entrasse, naquele momento, na sala da Auditoria, ficaria com a impressão de que Gregório Bezerra era o promotor de acusação e os membros da Justiça Militar, simbolizando a falsa «revolução» de 1º de abril de 1964, os verdadeiros acusados.

E, na verdade, o quadro político — não jurídico — era êsse mesmo, porquanto, o verdadeiro tribunal que julga os democratas é o da opinião pública, não os integrantes de justiças de classe ou de castas dominantes.

O veredito final quem dá é o História. E daí, porque, um jurista liberal, Carrara, escreveu: «Impossível incluir no quadro dos delitos os ações políticas».

Exaltação E Carrara próprio explicou porque:

«O que se pune como crime hoje é motivo de exaltação amanhã: de um lado a infâmia otirada do réu, atingindo o sua família; do outro, a glória, a consagração da poesia popular e das legendas heróicas. Num dia o patíbulo e o execração; no dia seguinte a tumba coberta de flôres, o monumento, o reconhecimento da História».

Olhe-se a própria História do Brasil: Tiradentes arrastado pelas ruas, cordo ao pescoço, pelos Villocqs da época, opôs ter sido torturado pelos inquisidores que se antecederam ao Ibiapina. Esquartejaram-no, declararam infame a sua descendência, salgaram-lhe a



própria casa, «para não nascer hera, nem mata». Trinta anos depois, o Brasil independente, o povo invade a cadeia, onde passou as últimas horas que antecederam a execução, arrastando, pelas ruas, as algemas de ferro, beijando-as, como sagradas. No local da fôrça, a Escola Tiradentes. No da cadeia, o Palácio Tiradentes, com a efígie do alferes-mártir. Tiradentes está em tudo, na prosa, na poesia, na pintura, até nos préstitos populares que descem do morro, evocando o seu sacrifício, ao som dos agogues, dos otabaques e dos tamborins. Morreu o homem, nasceu o símbolo, mais indestrutível, ainda, do que o ser biológico, transitário e fraco.

Dever Não é uma atitude digna de um revolucionário saber que alguém, em alguma parte do país e do mundo, se encontra enclausurado, à mercê da reação, sem nada fazer em seu favor. A solidariedade política é o melhor termômetro para se conhecer do grau do nível ideológico de um combatente antiimperialista e antifascista.

Não basta ler o presente texto, é preciso divulgá-lo. Não basta divulgá-lo, é preciso que se dê o caráter organizado ao movimento de repulsa, que há de surgir do conhecimento das atrocidades que foram infligidas a Gregório Bezerra. É necessário, também, que se capitalize o resultado que há de advir, do exemplo de audácia e firmeza de Gregório diante da reação. O lugar vago, ocasionalmente, de Gregório, no movimento, terá de ser ocupado pelos gregórios que vivem, anônimamente, na massa e que devem ser trazidos às fileiras da Revolução Brasileira. É dos «filhos do povo» que ela se nutre e de que carece o Partido Comunista, o seu motor.

Para derrotar a ditadura entreguista que se institucionalizo, é dever dos democratas cerrar fileiras e zelar pela unidade das fôrças democráticas, combatendo toda espécie de divisionismo, de pessimismo, de capitulacionismo, de amargura e de pânico. Um homem como Gregório, isolado, entre quatro paredes, não se amedrontou. E nem sequer, perdeu o conhecimento exato da realidade brasileira, anunciando, como êle o fêz, a natureza, aparentemente forte, mas intrinsecamente fraca da ditadura militar-fascistizante que aí está.

O essencial é a defesa dos direitos humanos, das liberdades democráticas. Comissões de defesa, de uma e outra prerrogativas do cidadão, e não apenas do cidadão, do homem, devem surgir por toda a parte. Nas cidades, nos campos, nos lares, nos quartéis. É preciso desmascarar, um a um, os processos monstruosos da reação. É necessário denunciar o caráter reacionário e fascista da sua nova e falsa «Constituição», na verdade, uma consolidação de atos institucionais terroristas, a que se juntaram princípios pilhados às cortas políticas do salazarismo e de outras correntes fascistas. Cumpre lutar



contra a Lei Contra a Imprensa, que se intitula de Imprensa, que visa calar as últimas vozes que defendem a Democracia no país. Cumpre barrar a nova Lei de Segurança Nacional, cópia servil da modelo legal de Mussolini e de Rocco, que punirá não só o ataca-
mas, a própria intenção de se voltar contra os vende-pátria que as-
saltaram o poder em 1º de abril de 1964.

«— A liberdade — disse-o Gregório aos juizes militares — é a bem maior.»

Com efeito, não há maior bem e, por isso mesmo, querem nos arrebatar a toda, privando 85 milhões de brasileiros de dizerem o que pensam, de se reunir em praça pública, nos seus sindicatos, nas suas associações de classe. De se organizarem, enfim, porque um povo organizado não é, nem será nunca, escravo de ninguém.

Finalizemos recordando a letra do nosso Hino da Independência:
«Liberdade, Liberdade,
abre tuas asas sobre nós!»

Que as asas da Liberdade se abram sobre Gregório. Que as asas da Liberdade se abram sobre todo o povo brasileiro, iluminado pelo exemplo dos seus líderes indômitos, como Gregório, e guiado pela sua vanguarda, organizado, unido e forte, para a conquista da efetiva democracia pela qual lutaram, sofreram e morreram, os melhores filhos do povo brasileiro através de sua História.





